



Global



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Boletim de Informações Sindicais

Ano III N.º 50 29 de julho de 2010

UGT propõe mobilização para avançar luta por inclusão negra

O presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** sancionou no último dia 20 o Estatuto da Igualdade Racial. Aprovado pelo Congresso no mês passado, após sete anos de tramitação, o estatuto prevê garantias e o estabelecimento de políticas públicas de valorização aos negros.

O **secretário nacional da Diversidade Humana da UGT, Magno Lavigne**, disse que a exclusão de cotas e de outros pontos considerados importantes pelo Movimento Negro Brasileiro no Estatuto da Igualdade Racial não devem levar ao desânimo.

“Estamos conclamando a todas as entidades filiadas, as demais Centrais, o Movimento Negro brasileiro, as forças políticas democráticas e progressistas a continuarem mobilizadas para fazer avançar a luta por inclusão e igualdade de oportunidades em nosso país”, afirmou.

Segundo ele, é dessa forma que será possível mudar a correlação de forças no Congresso “que nos permita conquistar as medidas de maior conteúdo e alcance para a população negra brasileira e que tornem realidade os sonhos de Liberdade, Igualdade e Democracia”, acrescentou.



Para **Magno Lavigne**, as mudanças no texto do Estatuto no processo de sua tramitação desde 2003, quando foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), decorreram da “dura resistência dos setores oligárquicos, dos ruralistas e dos ataques dos setores conservadores que, em pleno século XXI, ainda não aceitam ajustar contas com a herança maldita deixada por mais de 350 anos de escravismo e de 122 de racismo pós-abolição”.

Magno participou da cerimônia de sanção do Estatuto, no Palácio do Itamaraty, representando a UGT, a terceira maior central sindical do país, e disse ter ficado bem impressionado com o discurso feito por Lula ao sancionar o projeto. “O Presidente colocou o Estatuto como parte do contexto de mudanças e de avanços e conquistas para a população negra brasileira nos últimos anos”, afirmou.

O **Estatuto da Igualdade Racial** define uma nova ordem de direitos para os brasileiros negros, que somam cerca de 90 milhões de pessoas. O documento possui 65 artigos e objetiva, segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a correção de desigualdades históricas no que se refere às oportunidades e aos direitos dos descendentes de escravos do país.

“Devemos investir com todas as nossas forças, na inclusão dos temas que ficaram de fora do Estatuto, ampliando a defesa das ações afirmativas na Educação, no mercado de trabalho e nos espaços de poder, tornando realidade a inclusão da parcela negra da população em todos os espaços da cidadania”, afirmou. Ele acrescentou que um país que pretende se tornar nos próximos cinco anos, a quinta economia do Planeta, não atingirá esse objetivo sem que a população negra esteja incluída e plenamente integrada para usufruir dos frutos do progresso e do desenvolvimento econômico. “A hora é de avançar”, finalizou. (*Afropress*)

Os três anos da UGT, a central sindical de base

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT

Neste mês de julho completamos três anos da criação da União Geral dos Trabalhadores, UGT. Completamos, também, três anos de atuação na História do Brasil, agregando, organizando e mobilizando milhões de trabalhadores e trabalhadoras que são representados, nesta data, por quase 800 sindicatos filiados à UGT. Somos a central sindical que mais cresce no Brasil.

Ao avaliar nossa inclusão na História do Brasil temos muito a comemorar e muitos desafios a superar. Porque desde o 1o. Congresso da Fundação, que aconteceu entre os dias 19 e 21 de Julho de 2007, a UGT se empenha para fazer valer seu lema: **sindicalismo cidadão, ético e inovador.**

Chegamos ao terceiro ano. Avançamos para mil sindicatos filiados, ainda em 2010. E nos preparamos para o 2o. Congresso da UGT. Previsto para o próximo ano, conforme determina nossos Estatutos.

Temos pelo meio do caminho as eleições gerais, das quais surgirá um novo presidente (homem ou mulher), e que se amadurecerão, também, as estratégias adotadas para gerenciar e superar a terrível crise financeira que ameaçou nossa economia.

Educação é prioridade de todos

Nossa grande bandeira a favor do futuro do Brasil, dos nossos filhos e das próximas gerações é estimular a Revolução na Educação.

Foi por isso, que ao formalizar nossas posições para todos principais candidatos à presidência, aproveitamos para mobilizar o melhor do Brasil para construir o nosso futuro. E sabemos que por ser a Educação um ponto de estrangulamento de nosso futuro, se transforma também em consenso político para mobilizar as forças vivas da Nação.

Porque a UGT é assim, antenada com o Brasil e com os brasileiros, uma central que surgiu da união de pontos de vista e de práticas sindicais plurais, sociais e políticas e que só cresce tanto por respeitar a diversidade, as culturas, etnias, religiões e regionalismos.

Mulheres são ainda minoria

Mulheres são pouco mais de 21% dos pedidos de candidaturas no TSE

As mulheres são 21,3% dos 21,672 pedidos de candidaturas registrados na Justiça Eleitoral. Elas vão concorrer a cargos de deputada estadual (2,9 mil), deputada federal (1,2 mil), senadora (35), governadora (18) e presidente da República (2). Os homens continuam como maioria em todos os níveis de disputa, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O TSE também registra o nível de escolaridade dos candidatos. Mais da metade – 53,73% - têm curso superior completo ou está cursando.

Entre as candidaturas cadastradas, 86,2% aguardam deferimento, 13,6% têm algum pedido de impugnação e 0,1% recebeu algum pedido de inelegibilidade. Os julgamentos das candidaturas começarão em agosto, depois do recesso do Judiciário. Entre as candidaturas já consideradas inaptas, 46% foram canceladas. Em 51,9% delas houve renúncia do próprio candidato. E do total de pedidos recebidos pelo TSE, até agora, 3% já foram deferidas. *(Priscilla Mazonotti) (Agência Brasil)*

Panamá: Missão sindical comprova repressão

Durante a visita de uma missão sindical ao Panamá, realizada nos dias 16 e 17, o **secretário geral da Confederação de Trabalhadores (as) das Américas (CSA), Víctor Báez** (foto), qualificou o presidente do país, Ricardo Martinelli, de "carniceiro de Changuinola". O adjetivo foi dado em resposta aos atos de repressão praticados pela polícia panamenha na região de Changuinola, contra trabalhadores e sindicalistas, que rechaçaram a Lei 30, recentemente sancionada pelo governo.

De acordo com os comunicados de sindicatos e movimentos sociais, a repressão aos manifestantes contrários à Lei 30 resultou em, pelo menos, 11 mortos e centenas de feridos, além de outras pessoas detidas ou perseguidas pela polícia panamenha.

"O massacre perpetrado pelas forças repressoras na região de Changuinola não podem ficar impunes", declarou Víctor Báez, secretario geral da **CSA**. Para a CSA, o presidente Martinelli somente poderia recuperar alguma legitimidade, se fizer uma investigação dos fatos e punir os responsáveis.

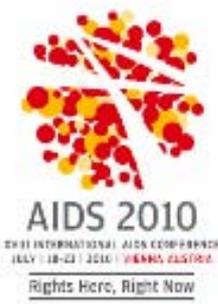


A violência contra os trabalhadores bananeiros aconteceu quando o governo panamenho impôs a Lei 30, que fere os direitos fundamentais dos trabalhadores como a greve e a liberdade sindical. Outra medida extrema do governo, é a chamada Lei "Carcelazo", que penaliza, de 2 a 5 anos de prisão, os trabalhadores que realizarem protestos nas ruas.

A **União Geral dos Trabalhadores**, que faz parte da CSA, se solidariza amplamente com os trabalhadores panamenhos e condena a repressão no Panamá.

Norma Internacional do Trabalho sobre HIV/Aids

Representantes de governos, empregadores e trabalhadores reunidos na Conferência anual da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** adotaram **uma nova norma internacional de trabalho sobre HIV/Aids** que constitui o primeiro instrumento internacional de direitos humanos dedicado especificamente a este tema no mundo do trabalho.



A nova norma foi adotada pelos delegados presentes à Conferência Internacional do Trabalho depois de dois anos de debate intenso e construtivo, com uma votação de 439 a 4, com 11 abstenções.

A norma é o primeiro instrumento aprovado em nível internacional destinado a reforçar a contribuição do mundo do trabalho ao acesso universal à prevenção, tratamento, cura e apoio frente ao HIV.

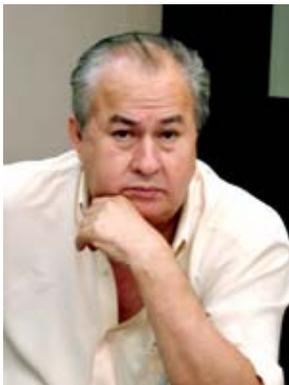
Contém disposições sobre programas de prevenção que poderiam salvar a vida de pessoas e sobre medidas antidiscriminatórias em nível nacional e no local de trabalho. Destaca, além disso, a importância do emprego e das atividades geradoras de renda para os trabalhadores e as pessoas que vivem com HIV.

A Conferência adotou além disso **uma resolução sobre promoção e implementação da norma**, que pede ao Conselho de Administração da OIT a destinar mais recursos para a aplicação da nova norma, e um Plano de Ação Mundial para promover sua aplicação e a apresentação de relatórios periódicos por parte dos Estados membros da OIT.

A Dra. Sophia Kisting, diretora do programa sobre HIV/Aids e o mundo do trabalho da OIT, disse que "com este novo instrumento de direitos humanos podemos aproveitar a força do mundo do trabalho e potencializar as intervenções no local de trabalho para melhorar de maneira significativa o acesso à prevenção, tratamento, cuidado e apoio. Creio que esta norma será uma contribuição fundamental para tornar realidade o sonho de uma geração livre da Aids".

A OIT lançou a fase de implementação da Recomendação durante a XVIII Conferência Internacional sobre a AIDS que se realizou de 18 a 23 de julho em Viena.

Participação no Conselho Nacional do Sesi



A **UGT (União Geral dos Trabalhadores)** tem participado dos conselhos nacionais e estaduais do Sistema S. Um de nossos representantes no Conselho Nacional do Sesi, Laerte Teixeira da Costa (foto), informa que a experiência tem sido boa, plenamente satisfatória.

"No início, creio, houve receio de ambas as partes. Mas, passado já um razoável período de tempo, verifica-se que a presença dos trabalhadores, pelo menos no que diz respeito ao Sesi, foi excelente para ambos os lados". Laerte acredita que os trabalhadores puderam ter maior conhecimento dos programas e notaram a preocupação da administração com a aplicação dos recursos.

Jair Meneguelli, presidente do Sesi, tem oferecido todo o apoio aos representantes dos trabalhadores. "Sentimos à vontade para indagar e questionar. Há transparência nas ações", finalizou Laerte Teixeira da Costa, vice-presidente da UGT e secretário de Políticas Sociais da CSA.

Sindicato dos Comerciários do Rio comemora 102 anos

O **Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro**, filiado à **UGT (União Geral dos Trabalhadores)** comemora nesta quinta-feira (29) seu 102º Aniversário de fundação. A data é de relevância importância, segundo seu **presidente Otton Mata Roma**, e deve ser dedicada às lutas das causas comerciais e, em prol dos excluídos. "Compartilho minha satisfação em estar junto com a diretoria à frente deste sindicato", diz Otton que também é Secretário Internacional de Integração para as Américas, da UGT.

Nesses mais de um século de história, o Sindicato dos Comerciários do RJ conseguiu avanços antes imagináveis, como na época da revolução industrial e antes da Era Vargas, onde o trabalhador não tinha voz e seus direitos não eram preservados. O presidente lembra que, das reivindicações tanto esperadas, muitas foram alcançadas, "mas também que muitas outras ainda estão por vir, porque negociar com o patrão nunca foi fácil.", salienta Otton.

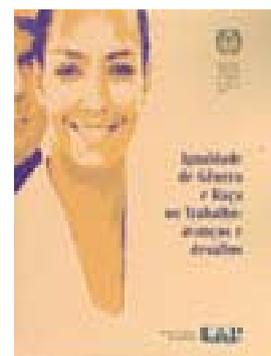
OIT analisa desafios da igualdade de Gênero e Raça

Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: Avanços e Desafios é o título do livro que foi lançado pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** e pela **Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)**.

O lançamento do livro aconteceu durante a XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em Brasília.

Na introdução do livro, a Diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, afirma que a publicação contém um conjunto de estudos e reflexões que visam dar conta de avanços e desafios em áreas-chaves para a promoção da igualdade de gênero.

Para ter acesso à íntegra do livro, clique aqui.



O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Rua Formosa, 367 - 24º andar CEP 01049-000 São Paulo - SP